

O ENSINO DE LIBRAS COMO PRIMEIRA LÍNGUA POR DOCENTES EM FORMAÇÃO: ESTUDO/ RELATO DE CASO

Francisco Ebson Gomes-Sousa (1); Rosângela Ívina Araújo dos Santos (2);
Niáscara Valesca do Nascimento Souza (4)

Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: ebsongomess@gmail.com
Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: rosangela.ivina_51@hotmail.com
Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: niascara.souza@ufersa.edu.br

Resumo: Ao pensarmos na relação intrínseca entre SUJEITO e LÍNGUA percebemos o quão inconcebível é pensar em uma dissociação, sendo pois, a língua o nosso maior bem social, dessa maneira, como pensar na educação linguística dos sujeitos surdos, visto que, conforma a Lei 10.436 a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a segunda língua do Brasil, contudo, não se faz presente no currículo da educação, de forma que a educação de surdos é marginalizada. O presente trabalho objetiva tratar sobre a experiência de ensino da LIBRAS enquanto primeira língua para surdos, na disciplina de Estágio Supervisionado em LIBRAS como L1 II, por docentes em formação do curso de Licenciatura em Letras com habilitação em LIBRAS, na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) *campus* Caraúbas/RN. O estágio foi desenvolvido em uma metodologia de curso, tendo em vista a falta de ambientes que oportunizem o ensino da LIBRAS em seus currículos na base comum das escolas regulares, salvo raras exceções. Assim, o mesmo se concretizou com uma carga horária de 60h, iniciando no mês de julho a setembro de 2017 realizado em uma das escolas da cidade de Caraúbas, Rio Grande do Norte. Para sistematizar as aulas e os conteúdos que foram abordados, dividimos o curso em três unidades: 1 - Sinalização básica em LIBRAS; 2 - Escrita da Língua Portuguesa; e 3 - Literatura Surda. A experiência adquirida no decorrer das aulas foi de suma importância para nossa formação enquanto futuros profissionais da educação, sobretudo, dos sujeitos surdos, pois, através das práticas de ensino e do contato direto com o aluno surdo, pudemos perceber e aprender sobre as peculiaridades do ato de ensino, unir as teorias por nós estudadas à realidade de cada dia na sala de aula e, para além da visão do professor, criamos oportunidade para aqueles alunos que sempre estiveram à margem do ensino, a conhecer a sua língua e cultura enquanto sujeito pertencente à comunidade surda.

Palavras-chave: Ensino de LIBRAS, Professores em Formação, Primeira língua, Surdos.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao pensarmos na relação intrínseca entre SUJEITO e LÍNGUA percebemos o quão inconcebível é pensar em uma dissociação, sendo pois, a língua o nosso maior bem social, visto que é através dela que as sociedades são organizadas, realizamos nossas ações comunicativas e interagimos nos mais diversos âmbitos sociais. Isto posto, voltamos nossa reflexão para usuários das línguas não orais, ou seja, os sujeitos surdos, a língua de sinais e sua importante função social.

Segundo a lei 10.432/2002 a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a segunda língua oficial do Brasil, ou seja, somos um país - em tese - bilíngue; todavia, na prática não é isso que encontramos na realidade social, visto que, a disciplina de LIBRAS não faz parte do currículo da educação básica e, os ambientes públicos, em diversos casos e lugares, não contam com acessibilidade para o sujeito surdo. Ou seja, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que

haja, de fato, a efetivação da LIBRAS no contexto brasileiro, e assim, a comunidade surda poder usufruir da sua língua materna em plenitude.

Doravante, centramos nosso estudo na perspectiva do ensino/educação, sendo esse o primeiro passo para a imersão do sujeito surdo na LIBRAS. Ainda em conformidade com a lei supracitada, há em vigência o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que prevê o ensino de LIBRAS como L1 (primeira língua) e de Língua Portuguesa (LP) em sua modalidade escrita como L2 (segunda língua) como obrigatório para os sujeitos surdos.

O presente estudo versa sobre a experiência de ensino da LIBRAS como L1 para surdos, proveniente da prática docente referente ao componente curricular Estágio supervisionado em LIBRAS como L1 II, no período de 26 de julho à 19 de setembro, na vigência do semestre 2017.1; do curso de Licenciatura em Letras com habilitação em LIBRAS, na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) *campus* Caraúbas/RN.

2. LIBRAS E ENSINO

Pautados nas atuais discussões sobre inclusão de alunos surdos na escola convencional e não apenas nas chamadas classes especiais, a luta em defesa da inclusão da LIBRAS como componente curricular, das escolas bilíngues, e também a formação do professor apto a trabalhar com o ensino da língua de sinais tem se instaurado para que os sujeitos surdos tenham acesso eficaz à educação.

Em conformidade com Quadros (2006), é preciso (re) afirmar como a presença da língua de sinais no âmbito do ensino é imprescindível para a educação de surdos:

Os surdos brasileiros usam a língua de sinais brasileira, uma língua visual-espacial que apresenta todas as propriedades específicas das línguas humanas. É uma língua utilizada nos espaços criados pelos próprios surdos, como por exemplo, nas associações, nos pontos de encontros espalhados pelas grandes cidades, nos seus lares e nas escolas. Sim, também nas escolas. (p. 13)

Dessa maneira, entra em cena a formação do professor, discussões políticas e sociais concernentes à educação, e o protagonismo da língua de sinais enquanto língua materna da comunidade surda, segunda língua oficial do Brasil e objeto de ensino dentro dos espaços escolares.

Assim, apresentamos uma concepção acerca das línguas de sinais que corrobora com a tese que sustenta seu status enquanto língua e de suas respectivas especificidades linguísticas:

As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela lingüística como línguas naturais ou como um sistema lingüístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios lingüísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 30).



Portanto, a ideia de patologia associada à surdez deve ser sucumbida, dando lugar a concepção de sujeito igual, possuidor de direitos e deveres, inclusive, no campo educacional. Sendo esses direitos e deveres assegurados não apenas pelo uso da LIBRAS, mas, como afirma Dorziat (2009, p. 29 - 30), fatores de ordem individuais devem ser atendidos, o ensino deve ser democratizado e as condições efetivas de igualdade devem ser oferecidas, de modo que venham assegurar a aprendizagem e a atuação profissional do sujeito surdo.

Pensar no ensino da língua de sinais enquanto primeira língua para alunos surdos, é pensar nas ações sociais que serão desenvolvidas a partir desse aprendizado. A abordagem centrada na concepção de comunicação e interação é de grande valia, ainda quando se trata da primeira língua dos aprendizes, desse modo, consideramos as palavras de Brown (1994):

Além dos elementos gramaticais e discursivos na comunicação, nós estamos provando a natureza das características sociais, culturais e pragmáticas da língua. Nós estamos explorando meios comunicativos para a comunicação “de vida real” na sala de aula. Nós estamos tentando levar nossos alunos a desenvolver fluência, e não apenas a exatidão normativa que tem consumido na jornada histórica (p. 77).

Centramos nossas atividades em virtude do aprendizado significativo, de maneira que o conteúdo repassado em sala de aula seja validado nas mais diversas situações comunicativas sociais, ainda em conformidade com Brown (1994), o ensino comunicativo centrado no aprendiz abrange algumas características, sendo as seguintes:

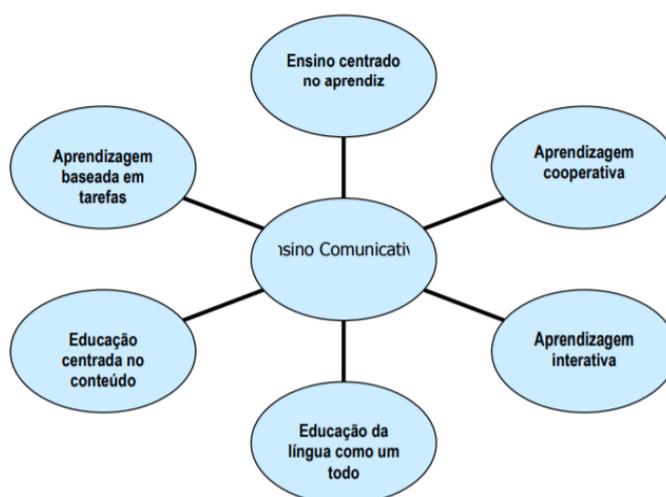


Figura 1: Ensino comunicativo. Fonte: BROWN, 1994, p. 80.

Ensinar LIBRAS aos alunos surdos que, por ventura não tiveram acesso à educação em sua L1 desde a infância, é proporcionar sua inserção dentro da comunidade linguística que lhe é de direito, estreitando seu contato e conhecimento pertinentes à comunidade e cultura surda.

Com base na concepção de ensino de língua, sobretudo a de sinais, aqui apresentadas, precisamos compreender o papel do professor como mediador do conhecimento, profissional que reflete e age de acordo com a necessidade do seu público de ensino, ou seja, levar conhecimento aos alunos, amparado por metodologias que favoreçam o processo de ensino- aprendizagem.

De acordo com a diversidade do alunado encontrado na sala de aula, o professor necessita conceber princípios que o sustentem no fazer docente, Esteve (1997) elenca três pontos:

1. Identificar-se a si próprio como professor e aos estilos de ensino que é capaz de utilizar, estudando o clima da turma e os efeitos que os referidos estilos produzem nos alunos;
2. Ser capaz de identificar os problemas de organização do trabalho na sala de aula, com vista a torná-lo produtivo;
3. Ser capaz de resolver os problemas decorrentes das atividades de ensino-aprendizagem, procurando tornar acessíveis os conteúdos de ensino a cada um dos seus alunos. (p. 119)

A tríade apresentada acima tem efeito de subsidiar as práticas de ensino e aprendizado, colocando o sujeito aluno como centro das ações docentes; sendo estas revisadas e (re) estudadas de acordo com a realidade de cada público alvo, dentro das possibilidades de trabalho do professor e do aluno, visto que, além dos níveis linguísticos distintos, há também fatores sociais que os diferenciam e, interferem diretamente no campo da aprendizagem.

Tratar sobre o ensino de língua requer inteira dedicação do profissional, visto que o fazer docente requer prática, estudo e dedicação, pois, são as vivências em sala de aula que moldam o perfil do professor. Dessa forma, o estágio supervisionado vem como um caminho pertinente a ser seguido pelo docente em formação, visto que o contato com a comunidade surda dentro do âmbito escolar agrega conhecimento prático ao conhecimento teórico que por nós é obtido na universidade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de conhecimento é dirigido pelos educadores ao passo que o mesmo executa uma função de despertar os seus alunos para este conhecimento. A experiência que pretendemos relatar aqui, teve como foco o ensino da LIBRAS como L1 para surdos, proveniente da prática docente referente ao componente curricular Estágio supervisionado em LIBRAS como L1 II, que

este aprendizado é imprescindível para a (trans)formação de alunos de licenciaturas para professores.

Concomitantemente, vemos com Tardif (2002), que o estágio supervisionado constitui uma das etapas mais importantes na vida acadêmica e também em consonância ao que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a datar do ano de 2006 se constitui numa proposta que se designa oportunizar aos professores em formação a observação, a pesquisa, o planejamento, a execução e a avaliação de diferentes atividades pedagógicas; uma aproximação da teoria acadêmica com a prática em sala de aula.

Isto posto, o estágio foi desenvolvido em uma metodologia de curso, tendo em vista a falta de ambientes que oportunizem o ensino da LIBRAS em seus currículos na base comum das escolas regulares, salvo raras exceções. Assim, o mesmo se concretizou com uma carga horária de 60h, iniciando no mês de julho a setembro de 2017 realizado em uma das escolas da cidade de Caraúbas, Rio Grande do Norte.

Ao concebermos a proposta do curso, realizamos um cronograma de temas e datas para a realização do estágio/curso que foi ministrado por quatro alunos do curso de licenciatura em Letras LIBRAS da UFERSA. Após isso, elaboramos folders que foram distribuídos por meio de SRS (Sites de Redes Sociais) e com link para a inscrição em formulário eletrônico, acompanhado por vídeos em Libras explicando sobre tal curso.

O curso foi pensado em três grandes eixos: **1** - Sinalização básica em LIBRAS; **2** - Escrita da Língua Portuguesa; e **3** - Literatura Surda; Tais temas geradores foram pensados pelo grupo tendo em vista provermos maiores condições de participação social dos sujeitos surdos contemplados pelo projeto.

O curso foi gratuito, focando apenas em sujeitos surdos de quaisquer localidades com diferentes níveis de escolarização, mas todos com grande vontade de aprender. Apresentaremos a seguir esses elementos no tópico seguinte.

4. ESTÁGIO: DA TEORIA À PRÁTICA

Um dos grandes desafios a ser enfrentado no exercício da atividade docente é, sem dúvida, a capacidade de lidar com as multiplicidades inerente aos alunos pertencentes à mesma sala de aula, diversidades em todos os âmbitos - linguísticos, sociais e escolares. Assim, surge diante do professor a necessidade de ampliar seu campo de visão para a realidade de sua sala aula, de forma que o conteúdo seja acessível para todos alunos de maneira igualitária e satisfatória.



Em nossa atual esfera de atuação temos o quantitativo de oito alunos matriculados no curso, sendo eles pertencentes aos seguintes perfis:

Gênero	
Feminino	
Masculino	Todos os alunos

Tabela 1: Gênero dos alunos participantes.

Escolaridade:	
Ensino fundamental incompleto:	3 alunos
Ensino fundamental completo:	
Ensino médio incompleto:	1 aluno (cursando 1ª série)
Ensino médio completo:	3 alunos
Ensino superior incompleto:	1 aluno (cursando 1ª semestre)
Ensino superior completo:	

Tabela 2: Escolaridade dos alunos participantes.

Faixa Etária	
15 - 20 anos	1 aluno
20 - 30 anos	5 alunos
30 - 40 anos	-
40 - 50 anos	2 alunos

Tabela 3: Faixa etária dos alunos participantes.

À frente de tamanha variedade, visto o pequeno número de alunos, os níveis linguísticos também são díspares. Aqueles alunos já têm mais tempo de contato com a LIBRAS, participação

ativa na comunidade surda, associações, bem como contato estreito com as ações realizadas pelo curso de Letras/LIBRAS, faz com que a fluência no uso da língua de sinais seja mais avançada e facilmente perceptível; por outro lado, há alunos que ainda estão dando os primeiros passos na aprendizagem da sua língua materna, nesses referidos alunos, percebemos falta de intimidade com os sinais básicos, o comportamento é retraído e tímido; na turma também existem aqueles alunos que estão na transição do nível básico para o intermediário, ainda não detém todo conhecimento acerca dos sinais, porém não são assolados pela timidez e pela falta de comunicação, esses são ativos na comunidade e estão na constantemente busca pelo aprender.

Dado exposto, entra em cena a flexibilidade que o professor precisa desenvolver para lidar com esse vasto campo de personalidades e modos diferentes de ser e de conhecer. Por isso o planejamento prévio faz-se inteiramente necessário, pois, não trata-se somente de saber o conteúdo que vai ser repassado, mas o como realizar essa transmissão. Salientando que a possibilidade de haver situações que vão desvirtuar aquilo que foi organizado anteriormente, o docente deve ser habilidoso no ato de ajustar suas atividades simultaneamente.



Figura 2: Diagrama explicativo sobre relações familiares

A complexa tarefa de repassar conceitos por nós julgados simples, torna-se bastante difícil, pois, os alunos surdos por vezes não dispõem de um conhecimento de mundo, ou pelo menos não sabem que tem, para criar referências em suas memórias e conectar-se ao assunto explanado por nós professores.

A complexidade vigora ainda mais nossa prática, pois, estamos ensinando a LIBRAS como primeira língua, ou seja, não temos aporte de outra língua como auxílio para explicar algo que não está sendo claro através dos sinais. Por exemplo, no ensino de LIBRAS como L2, temos o suporte

da língua portuguesa, sempre que houver dificuldade de compreensão dos sinais, há o suporte da língua portuguesa para nos ajudar. Por isso precisamos estar munidos de estratégias e recursos linguísticos, paralinguísticos e visuais para conseguirmos ensinar o conteúdo proposto.

Em concomitância com as habilidades e estratégias de ensino proporcionadas pela experiência empírica no estágio supervisionado como L1, abordamos os multiletramentos, definido por Rojo (2012) como um trabalho que abrange a multiculturalidade e a multimodalidade, ou seja, partimos das referências culturais do nosso alunado e utilizamos diversas formas que estão além do papel e do lápis no processo para gerar sentido e significado.

A cultura multiletrada não pertence somente a nós professores, os alunos carregam consigo diversas formas e conhecimentos, que afloram durante as interações, seja dentro ou fora da sala de aula. O modo de participar da aula contribuindo com exemplos e até mesmo nas resoluções das atividades propostas, nos fazem perceber que, mesmo que eles não tenham (em alguns casos) o total conhecimento do código linguístico - LIBRAS ou Português - eles compreendem o significado e sua aplicabilidade nas situações sociais.

É parte de nossas ações enquanto docentes manter uma relação estreita com nossos alunos também fora do ambiente da sala de aula, prezando pela comunicação e interação com todos os membros do curso, a fim de trocar conhecimentos e ajudar uns aos outros no processo de aprendizagem da língua de sinais. O uso da tecnologia tem nos favorecido bastante, sendo pois, o aplicativo de mensagens *Whatsapp* nosso principal meio de comunicação fora da sala de aula. Reforçando aqui a presença dos multiletramentos em nossa prática de estágio.

Vivenciar o dia-a-dia na sala de aula com os alunos surdos tem sido uma ferramenta de suma importância para nossa bagagem acadêmica. O contato com a realidade de uma classe escolar, ambiente que será nosso futuramente, nos faz pensar e refletir sobre toda a carga de responsabilidade que recai sobre nossa formação, por isso, devemos prezar pelo zelo com aquilo que nos propomos a fazer; o período é curto, mas temos ciência das pequenas grande marcas proporcionadas durante esse período causam grande impacto na vida de todos os envolvidos.

5. CONSIDERAÇÕES (SEMI) FINAIS

A finalidade da prática de estágio supervisionado é a de desenvolver em cada estudante dos cursos de licenciaturas não apenas a compreensão das teorias estudadas durante a graduação, mas também sua aplicabilidade e a reflexão sobre a prática que se inicia neste momento,

instrumentalizando o professor em formação para a transformação da sociedade e a contribuição para a construção da cidadania pelos seus estudantes.

Portanto, voltar nosso olhar para as necessidades educacionais que estão ao nosso redor é compreender a responsabilidade de nossas práticas docentes e refletir sobre o impacto que essas causam na vida dos aprendizes. Visto que, o aprendizado de uma língua atravessa o mero código linguístico, há em conjunto com o aprendizado a promoção de novos saberes, sentidos, informações e valores culturais à qual os surdos são inseridos através da sua língua materna.

Com as atividades desenvolvidas no decorrer do curso, oportunizamos àqueles alunos, que antes eram retraídos, a ampliarem seu campo de visão e compreensão do mundo; o contato com seus semelhantes surdos dá origem à identificação, as mãos agora tomam forma e significado, bem como o despertar pela vontade de aprender e dar continuidade aos estudos que, antes excludentes e obscuros, agora tornaram-se mais prazerosos, passíveis de assimilação e consolidam-se como uma ferramenta rumo ao empoderamento.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. . Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 04 agosto 2017.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 04 agosto 2017.

BROWN, H. D. **Teaching by principles: An interactive approach to language pedagogy**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall Regents. 1994.

DORZIAT, Ana. *Bilinguismo e surdez: para além de uma visão linguística e metodológica*. In: SKLIAR, Carlos. (Org.) **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

ESTEVE, M. J. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. (Org.), **Profissão professor**. Portugal: Porto Editora, LDA. 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília : MEC, SEESP, 2006. 120 p.

ROJO, R. H. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R. H; MOURA, Eduardo (Orgs.) Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-31.

TARDIF, M.. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.